

INFORMES

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS

A Secretaria de Educação Especial do MEC está encaminhando ao Conselho Federal de Educação documento de subsídios quanto à inclusão de disciplinas, ou itens em disciplinas curriculares, da formação de profissionais ao nível de 2º e 3º graus, acerca dos portadores de necessidades especiais.

A formulação do documento resulta de um processo que envolveu, além da SEE e do CFE, consultas a várias Universidades e Secretarias Estaduais de Educação, aguardando-se agora novas discussões e encaminhamentos a partir do próprio CFE.

A proposta aponta como um dos entraves para "a expansão com qualidade da Educação Especial" a "carência de recursos humanos para atuar no ensino de pessoas portadoras de deficiências, problemas de conduta e superdotadas". E indica a necessidade de melhor preparar educadores e outros profissionais que interagem com esse grupo.

As sugestões de conteúdos contemplam cursos das diferentes áreas (humanas, sociais aplicadas, da saúde, tecnológicas, exatas), em disciplinas já existentes ou a serem criadas. Supõe-se que a carga horária necessária será

maior para aquelas profissões que interagem mais com o portador de necessidades especiais.

As disciplinas ou itens dos diferentes cursos partiriam de uma discussão básica sobre "aspectos ético-político-educacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais", com o seguinte conteúdo programático:

1. Questões éticas que envolvem o conceito de cidadania: a construção social do estigma que cerca esta população, a questão do preconceito, do estereótipo e a segregação das diferenças; determinantes culturais, econômicos, políticos e ideológicos; a representação social dos diferentes.

2. Conhecimento das especificidades, das necessidades e das potencialidades das pessoas portadoras de deficiências, de condutas típicas e de altas habilidades, tendo em vista a ação profissional.

3. A ação do profissional junto ao público-alvo heterogêneo; avaliação crítica e perspectivas de atuação, considerando o profissional como agente de transformação social. A normalização, integração e a participação plena do portador de necessidades especiais no usufruto de seus direitos enquanto cidadão.

A PESQUISA COMO PRÁTICA COTIDIANA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Nos dias 11 e 12 de agosto de 1993, foi realizado no Rio de Janeiro o III Seminário de Pesquisa em Educação Especial, paralelamente ao Encontro de Pesquisadores em Educação Especial. Promovido pela UERJ, pela UFF e pela ANPED (GT Educação Especial), o Semi-

nário teve como objetivo geral uma análise e reflexão crítica da pesquisa Científica na prática cotidiana em Educação Especial.

Os participantes chegaram às seguintes conclusões:

1. As pesquisas em geral detectam pro-

blemas, mas não divulgam conclusões e não encaminham soluções.

2. Há um explícito descompromisso com o campo pesquisado (com a Instituição e pessoas envolvidas como sujeitos).

3. Há maior interesse no Ensino, do que na Educação.

4. Não estão, em sua maioria, ligadas à realidade social.

5. Há incoerência entre a pesquisa e a ação mantém-se hermética, inacessível a salas de aula nos dois aspectos: ausência de informações e utilização de linguagem distante dos sujeitos pesquisados.

6. Permanecem, quando divulgadas e conhecidas, a nível de Mestrado. Têm se tornado quase que um interesse exclusivo de Cursos de pós-Graduação "strico-sensu".

Além disso, o grupo apresentou sugestões para continuidade de trabalhos de Pesquisa em Educação Especial frente às conclusões do III Seminário de Pesquisa em Educação Especial:

1. Produzir pesquisas voltadas e definidas pela realidade da Instituição (ou clientela) pesquisada e não só a partir de necessidades acadêmicas ligadas à Universidade.

2. Compromisso em retornar as conclusões da pesquisa ao lugar de origem (ao lugar pesquisado - Instituição ou clientela). Deixar de ser hermética, tornar-se mais aberta à comuni-

dade envolvida na problemática, inclusive utilizando uma linguagem apropriada a ela.

3. É necessário divulgar as conclusões à nível geral dos professores e profissionais que trabalham na área de 1º, 2º e 3º graus de ensino.

4. A pesquisa ser em Educação Especial, não ficar mais restrita ao ensino e também não em um enfoque clínico ou médico.

5. A pesquisa ser uma praxis. Ação em uma realidade e reflexão sobre essa ação.

6. Desencadear a pesquisa voltada para situações educacionais de 1º, 2º e 3º graus, incentivando o gosto pela reflexão e busca de caminhos, através da investigação.

7. Buscar uma linha integrada de Educação Especial que conte com apoio de Instituições Públicas.

8. Buscar um trabalho de Educação Especial, integrado com outros profissionais envolvidos na área.

9. Que os pesquisadores e pessoas envolvidas na área de Educação Especial retomem sempre às sugestões e decisões anteriores dos Seminários de Pesquisa em Educação Especial e do Grupo de Trabalho de Educação Especial da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) para dar continuidade a uma linha de ação desenvolvida em conjunto. (A pesquisa brasileira em Educação Especial tem sido um veículo nesse sentido).

ENCONTRO DE AVALIAÇÃO DESPORTIVA DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA

Numa promoção conjunta do Ministério da Educação e do Desporto, da Secretaria dos Desportos (SEDES), da Associação Brasileira de Desportos para Amputados (ABDA) e do Centro Interdisciplinar de Atenção ao Deficiente (CIAD - PUCCAMP), realizou em Campinas, de 15 a 18 de agosto de 1993, o "Encontro de avaliação desportiva das pessoas portadoras de deficiência na década de 83/92".

O objetivo do evento foi, a partir da avaliação e análise das necessidades encontradas na área, trazer contribuições ou replanejar o programa para o biênio 94/95.

Entre os temas abordados, três foram predominantes. Após as discussões ocorridas inter e intra-grupos, levantando-se tanto os pontos positivos, quanto negativos, teve-se como recomendações, entre outras, como seguem:

Recursos humanos

- *Manter e ampliar o intercâmbio entre as instituições formadoras de recursos humanos incentivando a oferta de disciplinas e de cursos capacitadores na área da Educação Física e Desporto para pessoas portadoras de deficiência.*

- *Vincular o auxílio financeiro da SEDES - MEC ao compromisso de divulgação do conhecimento adquirido ou produzido, bem como participar do plano de aplicação dos recursos financeiros da SEDES a entidades nacionais representativas.*

- *Realização de cursos de formação de dirigentes para entidades de pessoas portadoras de deficiência, promovidas pela SEDES, em articulação com entidades de representação e Universidades.*

Pesquisa e desenvolvimento tecnológico

- *Restabelecer a dinâmica de negociação institucional pela SEDES/MEC frente aos ór-*

gãos do poder público ou instituições (LBA, CEBRAE, SENAI, SESI).

- *Formação, na SEDES/MEC, de um grupo de consultoria que passe a auxiliar na elaboração e execução de projetos de pesquisa, articulando de igual forma, dirigentes do desporto e universidades, para ampliação e fomento à pesquisa.*

Desenvolvimento do desporto

- *Garantir a destinação de verbas para promoção do desporto da pessoa portadora de deficiência, junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Desportivo (FUDESP).*

- *Intervir, politicamente, para que se efetive um representante das Associações e Confederações das pessoas portadoras de deficiência, junto ao Conselho Superior do Desporto.*

- *Recomendar a entidades nacionais e dirigentes do desporto para pessoas portadoras de deficiência, para viabilizar a aprovação do projeto "Márcio Braga", 477/84.*